

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.631.380 - RS (2019/0360303-2)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
AGRAVADO : ROBERTO SAMPAIO TRAJANO
ADVOGADOS : EDUARDO DAVOGLIO DE SOUZA - RS071365
ANDRÉ TOAZZA PEGORARO - RS086238
LUIZ CARLOS FAGUNDES JUNIOR - RS072982
INTERES. : COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
ADVOGADO : RICARDO LOPES GODOY - MG077167
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO ORDINÁRIA OBJETIVANDO LIGAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE À REDE DE ENERGIA ELÉTRICA. DECISÃO FAVORÁVEL AO AUTOR PROFERIDA EM OUTRA DEMANDA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM EXAME DO MÉRITO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1.022 E 489 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 475-O, II, DO CPC/1973. DISPOSITIVO SEM APTIDÃO PARA INFIRMAR O ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERESSE DE AGIR. INEXISTÊNCIA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. Verifica-se a inexistência de interesse de agir por parte da autora a partir do momento em que a pretensão externada na inicial restou alcançada, ensejando a extinção da ação sem julgamento de mérito.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

No recurso especial, o recorrente aponta violação aos seguintes dispositivos: (a) arts. 1.022 e 489 do CPC/2015, aduzindo que não foram sanados os vícios apontados nos embargos de declaração; (b) art. 475-O, II, do, do CPC/1973, ao argumento de que não poderia ter sido extinta a ação em razão de continência da presente lide com uma ação

civil pública com manutenção da decisão precária de ligação da residência da autora à rede de fornecimento de energia elétrica.

A inadmissão do recurso especial se deu pelos seguintes fundamentos: (i) inexistência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015; (ii) fundamento suficiente inatado (Súmula 283/STF); (iii) deficiência na fundamentação recursal (Súmula 284/STF); e (iv) incidência da Súmula 7/STJ - daí o presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Antes de mais nada, necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Conheço do agravo, porquanto infirmados os fundamentos lançados no juízo de admissibilidade.

A insurgência não prospera.

Relativamente à alegada violação aos arts. 1.022 e 489 do CPC/2015, sem razão o recorrente. Como se sabe, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater um a um os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia.

No caso, a Corte de origem assentou que está correta a sentença de extinção do processo, sem exame do mérito, tendo em vista que, em uma ação civil pública ambiental, foi deferido o fornecimento em caráter emergencial a determinadas áreas do Município de Mostardas, inclusive naquela onde estaria localizado o imóvel do autor, segundo o que ele próprio declarou, circunstância que revela ausência de interesse de agir dessa parte. Ainda, observou-se que, caso se constate que o imóvel não se encontre beneficiado pela decisão proferida naquela ação civil pública, a ligação deve ser interrompida, mas em cumprimento da decisão proferida naqueles autos.

Em suma, a questão foi decidida de modo fundamentado e sem que tenha remanescido omissão relevante, por isso não é caso de acolher as alegações da recorrente de que houve negativa de prestação jurisdicional ou vício de fundamentação. Nessa linha de consideração:

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. MINERAÇÃO DE CARVÃO. RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DEGRADADA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. 1. O presente recurso especial decorre de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em sede de cumprimento de sentença, em que imputada à ora recorrente a responsabilidade solidária pela recuperação ambiental de área "órfã", sob o entendimento de que os danos ambientais ocorridos no local resultaram das atividades por ela exercida. 2. Não há falar em ofensa ao art. 489, II, e § 1º, IV, do CPC/2015, tendo em vista que o acórdão recorrido apresentou fundamentação adequada no sentido de que não foram apresentados elementos suficientes para infirmar a conclusão da decisão agravada de que tanto a ora recorrente como uma outra carbonífera contribuíram para o dano ambiental em questão, conclusão essa baseada nos documentos juntados aos autos e corroborados por depoimentos de testemunhas. 3. Também não falar em ofensa arts. 494, II, e 1.022, II, do CPC/2015, tendo

vista que, bem ou mal, certo ou errado, a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente ao consignar que as provas dos autos indicam que tanto a Coque Catarinense como a Carbonífera Treviso contribuíram para a degradação da área "órfã", seja pela erosão de depósitos de rejeitos, seja pela utilização desse material no aterramento de áreas baixas e recobrimento primário de estradas. 4. Por fim, não se vislumbra ofensa ao art. 371 do CPC/2015, pois evidenciado no acórdão recorrido que a imputação da responsabilidade da recorrente se deu de forma fundamentada, com avaliação das provas juntadas aos autos. 5. Recurso especial não provido. (REsp 1722488/SC, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 29/05/2018)

RECURSO FUNDADO NO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. (...) VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. (...) 7. Não há falar em violação ao art. 489, § 1º e parágrafos, do CPC/2015, quando a decisão embargada demonstra à exaustão o motivo da aplicação ao caso concreto de entendimento firmado pelo STJ em recurso repetitivo, enfrentando os argumentos relevantes trazidos pelas partes e adotado fundamentação suficiente para solucionar a contenda. Com efeito, "Não carece de fundamentação válida, a respaldar o enquadramento no art. 489, § 1º, V, do referido diploma legal, a decisão que explicita amoldar-se o caso à orientação firmada por este Tribunal em precedente paradigma. (AgInt no AgRg no AREsp 793.589/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/10/2016, DJe 2/12/2016). 8. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1294197/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 05/03/2018)

Quanto à questão de fundo, o recurso especial não pode ser conhecido. É que, no caso concreto, a falta de interesse de agir foi reconhecida em razão de decisão favorável ao recorrido proferida em outro processo de conhecimento. O recorrente, por sua vez, constrói sua argumentação com base em norma do antigo regime processual civil que trata execução provisória de sentença, matéria estranha à discutida no acórdão recorrido, por isso tal dispositivo não tem comando para infirmar o fundamento adotado pela Corte de origem. Assim, o óbice da Súmula 284/STF impede o conhecimento do recurso especial.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator